



ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DE SAÚDE NOS LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: O TEMA DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E AIDS

HEALTH IN TEXTBOOKS OF BASIC EDUCATION: ANALISYS OF THE ISSUES RELATED TO SEXUALLY TRANSMITTED DISEASES AND AIDS

Paulo Henrique Nico Monteiro¹

Ana Maria Santos Gouw²

Nelio Bizzo³

1 Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação. paulomonteiro@usp.br

2 Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação. anagouw@usp.br

3 Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação. bizzo@usp.br

Resumo

Os conteúdos relacionados à saúde humana fazem, tradicionalmente, parte dos livros didáticos de Ciências, no Ensino Fundamental (EF). Quanto as situação de saúde dos indivíduos ou populações existem basicamente duas maneiras ou modelos que tentam compreender quais são os aspectos e fatores determinantes que definem essa situação. A primeira está associada aos aspectos naturais da relação entre o agente etiológico, o hospedeiro e o meio ambiente (perspectiva biomédica). A segunda aponta que as condições construídas historicamente definem a situação de saúde dos indivíduos e grupos (determinação social). A partir da análise dos temas relacionados às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS, buscou-se investigar quais aspectos são mais enfatizados nos livros didáticos do PNLD 2008 para as séries finais do EF Os dados apontam que há uma predominância de conteúdos relacionados à descrição da doença e ciclo do agente em detrimento dos aspectos sociais, configurando uma perspectiva biomédica da abordagem.

Palavras-chave: Livro Didático; Saúde; Educação em Saúde; DST/AIDS;

Abstract

Traditionally the content related to human health is included in the textbooks of Science in Basic Education (BE). As for the health of individuals or populations are basically two ways, or models that try to understand which aspects and factors define it. The first is associated with the natural aspects of the relationship between the agent, the host and the environment (biomedical perspective). The second suggests that conditions made historically define the state of health of individuals and groups (social determination). From the analysis of issues related to Sexually Transmitted Diseases and AIDS, sought to investigate which aspects are most emphasized in the textbooks of National Program of Textbook 2008 for the final series of the BE. Data show that there is a predominance of content related to the description of the disease and the agent at the expense of social aspects, forming a perspective of the biomedical approach.

Keywords: Textbooks, Health; Health Education; STD/AIDS.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, no seu artigo 196, define a “saúde como um direito” que deve ser garantido “mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

A partir dessa perspectiva, a saúde deve ser tomada como objeto das diversas políticas públicas, inclusive do setor da educação, na medida em que a escola pode ser considerada um lugar privilegiado (não sendo o único) para a discussão de conceitos e o desenvolvimento de aprendizagens com vistas à melhoria da situação de saúde da população.

A inclusão dos temas ligados à saúde na escolarização formal se tornou obrigatório nas escolas brasileiras pelo artigo 7 da lei 5.692 de 1971 (LDB/71), com o objetivo de estimular o conhecimento e a prática da saúde básica e da higiene (MOHR e SCHALL, 1992). Tradicionalmente, esses conteúdos fazem parte das propostas curriculares das disciplinas de Ciências (com ênfase no 8º ano do Ensino Fundamental) e Biologia (no Ensino Médio), assumindo, em muitos momentos, grande parte da carga horária dessas disciplinas.

No que diz respeito ao material de apoio à prática docente, o livro didático tem exercido papel fundamental no desenvolvimento curricular das disciplinas e serve como referência teórica e metodológica para os professores, na medida em que cumpre o papel de organizador e orientador da seqüência dos conteúdos e atividades a serem desenvolvidas (FREITAG, COSTA e MOTTA, 1997).

Por se tratar de uma temática que possibilita diversas abordagens, os livros didáticos, seja pelos conteúdos e temas abordados, seja pela forma e lógica de desenvolvimento das atividades propostas, podem expressar diferentes concepções de saúde e diferentes compreensões construção do processo saúde-doença. Expressam também entendimentos diversos acerca dos fatores determinantes e condicionantes da situação de saúde, tanto no nível individual quanto do coletivo da população.

No tocante à situação de saúde dos indivíduos e da população pode-se dizer, correndo o risco de simplificá-las, que existem basicamente duas maneiras ou modelos que tentam compreender quais são os aspectos que definem essa situação e seus fatores determinantes e condicionantes.

A primeira, também chamada de biomédica, está associada à relação existente entre o agente etiológico¹, o indivíduo e o meio ambiente, conjunto esse chamado de *triade epidemiológica* (BARATA 2005).

Ou seja, a situação de saúde dos indivíduos ou grupos populacionais, depende de que maneira estão expostos esses indivíduos ou grupos aos agentes causadores de morbidade em função das condições naturais do meio ambiente em que vive. Essa é uma abordagem clássica e está associada à idéia de que o estado de saúde das pessoas está fortemente associado às condições naturais em que vivem.

A segunda perspectiva aponta que as condições construídas historicamente definem a situação de saúde dos indivíduos e grupos. Nessa perspectiva, os fatores mais importantes

¹ Segundo a Organização Pan-americana de Saúde (OPS), *agente etiológico* é o termo usado para definir “o microorganismo (vírus, bactéria, rickettsia, fungo, protozoário e helminto) capaz de produzir infecção ou doença infecciosa” (OPS, 1992, p.314).

para a compreensão do processo saúde-doença estão ligados as condições sociais, econômicas, culturais, de acesso aos bens e serviços etc. O processo é determinado por um conjunto amplo de fatores e o foco de análise se desloca dos aspectos naturais para os aspectos sociais e históricos. Essa abordagem, denominada *determinação social da doença*, foi desenvolvida a partir da perspectiva da epidemiologia social e é característica do campo da Saúde Coletiva (BARATA, 2005).

Nessa ótica, o processo saúde-doença deve ser entendido como multicausal e não mais como fruto da interação existente entre o agente etiológico (como único causador da morbidade), o indivíduo e as condições naturais do meio-ambiente.

A partir dessa perspectiva, Rouquayrol e Goldbaum (2003, p.22) apontam que os condicionantes sociais da doença, considerada em nível coletivo, têm sido tratados a partir de dois pontos de vista que se distinguem exatamente pelo papel atribuído aos componentes socioeconômicos, culturais e políticos nesse processo e a história natural da doença².

Numa primeira abordagem, os fatores socioeconômicos, políticos e culturais são vistos dentro do mesmo conjunto e com a mesma relevância dos fatores naturais, não existindo nenhum tipo de subordinação entre eles. O segundo ponto de vista aponta que os primeiros fatores (aqueles ligados às questões sociais) influenciam de maneira decisiva os segundos (os naturais), ficando esses, portanto, determinados e subordinados aos primeiros (ROUQUAYROL e GOLDBAUM, 2003).

Para Schall e Struchiner (1999) essas maneiras, ou modelos explicativos, de se compreender os aspectos que influenciam o processo saúde-doença influenciam a educação dos temas relacionados à saúde na medida em que

a primeira envolve a aprendizagem sobre as doenças, como evitá-las, seus efeitos sobre a saúde e como restabelecê-la. A outra tendência, caracterizada como promoção da saúde pela Organização Mundial da Saúde (OMS), inclui os fatores sociais que afetam a saúde, abordando os caminhos pelos quais diferentes estados de saúde e bem-estar são construídos socialmente. (grifo nosso)

Ainda segundo as autoras, essas diversas compreensões sobre os fatores associados ao processo saúde-doença “espelham diferentes compreensões do mundo, demarcadas por distintas posições político-filosóficas sobre o homem e a sociedade” (SCHALL e STRUCHINER, 1999).

Segundo Epp (1996, p.29), a Organização Mundial da Saúde define o termo *Promoção da Saúde* como “o processo de permitir às pessoas que incrementem o controle sobre, e melhorem sua própria saúde” e representa “uma estratégia de mediação entre as pessoas e seus entornos, sintetizando a escolha pessoal e a responsabilidade social em saúde para criar um futuro mais saudável”.

² História Natural da Doença é o nome dado ao conjunto de processos interativos que compreendem “as interações do agente, do suscetível e do meio-ambiente que afetam o processo global e seu desenvolvimento, desde as primeiras forças que criam o estímulo patológico (...) até as alterações que levam a um defeito, invalidez, recuperação ou morte”. (Leavell e Clark, 1947 apud Rouquayrol e Goldbaum, 2003, p.20).

Adotando essa perspectiva, o Ministério da Educação (MEC), já em 1997, aponta no volume de apresentação dos “temas transversais” dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que

[...] o nível de saúde das pessoas reflete a maneira como vivem, numa interação dinâmica entre potencialidades individuais e condições de vida. Não se pode compreender ou transformar a situação de um indivíduo ou de uma comunidade sem levar em conta que ela é produzida nas relações com o meio físico, social e cultural. (BRASIL, 1997, p. 27, grifo nosso)

Além disso, ao propor as diretrizes para o ensino da temática, o MEC se baseia na diferença existente entre “ensinar saúde” e “educar para a saúde”, criticando o caráter “biologicista” da primeira perspectiva e enfatizando a necessidade do desenvolvimento de atitudes e valores favoráveis ao desenvolvimento da saúde como um todo, características, segundo o MEC, da segunda perspectiva de ensino (ou o “educar para a saúde”) (BRASIL, 1997, p.69).

Além disso, define que “a educação para a Saúde cumprirá seus objetivos ao promover a “conscientização dos alunos para o direito à saúde, sensibilizá-los para a busca permanente da compreensão de seus condicionantes e capacitá-los para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde ao seu alcance.” (BRASIL, 1997, p.269 grifos nossos).

Nesse caso, fica explicitada a intenção de relacionar o ensino dos temas relacionados à saúde aos aspectos que extrapolam a dimensão biológica do processo, na medida em que os referenciais da Saúde Coletiva passam a orientar o ensino da temática em questão, aproximando-o da perspectiva da promoção da saúde.

A respeito do papel que o livro didático desempenha no desenvolvimento curricular, o MEC, no volume da apresentação do *Guia do Livro Didático 2007*, explicita seu entendimento, quando aponta que “o LD (Livro Didático), em qualquer disciplina, é um instrumento fundamental (às vezes praticamente o único) do acesso da criança popular³ à leitura e à escrita” (BRASIL, 2006, p.25).

Segundo o MEC, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entendido como a principal estratégia de garantia de fornecimento de material de apoio para professores e alunos, tem por objetivo “oferecer a alunos e professores de escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita, livros didáticos (...) de qualidade para apoio ao processo ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula”. (MEC, 2007).

Ainda segundo MEC,

para cumprir seus objetivos didático-pedagógicos, o livro didático seleciona certos conteúdos em detrimento de outros, e os organiza de acordo com um determinado plano e seqüência. Nesse sentido – e ocupando o lugar do professor – o LD: 1) efetua uma seleção da matéria a ser dada; 2) estabelece para ela certo tipo de abordagem e um tratamento e 3) propõe um trajeto próprio para sua exploração. (BRASIL, 2006 p.28, grifo nosso)

Dentre os temas relacionados à saúde, a questão das Doenças Sexualmente Transmissíveis e a infecção pelo HIV/AIDS, objeto desse trabalho, deve ser vista como

³ Expressão que, segundo o MEC, foi utilizada por Darcy Ribeiro para designar as características principais das crianças que freqüentam a escola pública (BRASIL, 2006).

prioritária a ser trabalhada na escola, na medida em que a Organização das Nações Unidas (OMS) definiu como objetivo “reduzir, em 25%, até 2005, a prevalência ao HIV entre jovens com idade entre 15 e 24 anos nos países mais afetados e em 25% até 2010 em nível mundial” (UNAIDS, 2005, p.06).

A mesma UNAIDS assinala que cabe a educação, principalmente a escolar, propiciar aos jovens “um conjunto completo de ferramentas para a prevenção da transmissão ao HIV, que inclui a integração da educação sexual adequada, baseada em evidências e no desenvolvimento de habilidades para a proteção da vida.” (UNAIDS, 2005, p.24). Outro fator que define como importante o tratamento dessa temática na escola é a bastante bem conhecida a relação existente entre o nível de escolaridade e a vulnerabilidade às DST e ao HIV em adolescentes. (FONSECA et. al., 2002; MARTINS et. al., 2006)

Nesse sentido, Ayres e colaboradores (2006) apontam como uma das principais estratégias para a diminuição dessa vulnerabilidade, especialmente entre os jovens, o desenvolvimento de ações de prevenção que tenham como base a informação de boa qualidade e a discussão dos aspectos sociais, culturais e comportamentais envolvidos nesse processo. (AYRES et. al. 2006).

Dada a própria natureza e histórico dessas doenças, assim como o preconceito e estigma que as circulam, entendemos que a escola pode se constituir como espaço privilegiado para o desenvolvimento de conteúdos relativos a essa temática que levem em conta os diversos aspectos relacionados (culturais, históricos, sociais etc.), assim como promovam discussões que tenham como objetivo aumentar a capacidade de enfrentamento da epidemia por parte dos jovens.

Nesse sentido, pelo papel que exercem em sala de aula, é esperado que os livros didáticos contribuam para o desenvolvimento de propostas curriculares para o ensino dos temas relacionados às DST e AIDS baseadas em concepções e conceitos que efetivamente possibilitem a reflexão sobre a realidade. Assim, os temas ligados a esses agravos, deveriam incorporar os aspectos sociais e culturais e sua relação com as condições de vida e situação de saúde, tanto em seus aspectos individuais quanto coletivos, a partir de uma abordagem favorável ao desenvolvimento de aprendizagens que propiciem esse entendimento.

Adicionalmente, pelas próprias características dessas doenças e a partir da idéia de saúde como direito, existem mecanismos legais tanto de proteção social, quanto de garantia de acesso ao tratamento específico, de maneira universal e gratuita. Essas informações são fundamentais para o controle da epidemia e deveriam, pelo menos em tese, fazer parte das discussões em sala de aula.

OBJETIVO

Analisar quais aspectos são mais enfatizados na apresentação dos temas relativos às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a infecção pelo HIV/AIDS nos livros didáticos para o Ensino Fundamental distribuídos para as redes públicas de educação por meio do Programa Nacional do Livro Didático 2008.

MATERIAL E MÉTODO

Foram analisadas cinco coleções de livros didáticos de Ciências para o segundo ciclo do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático 2008.

Os dados foram coletados pelos alunos da disciplina “Metodologia e Prática de Ensino de Ciências Biológicas I”, do curso de Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. A atividade fez parte do programa da disciplina e teve como objetivo propiciar a discussão sobre o material de apoio ao ensino de ciências, com especial atenção ao livro didático, e realizar a aproximação desses alunos com o material presente na rede pública de educação. A coleta dos dados foi precedida de uma exposição acerca dos principais modelos explicativos do processo saúde-doença a fim de dar subsídios para o preenchimento do instrumento proposto.

Os alunos foram divididos em grupos (22 grupos) que escolheram livremente um exemplar dos livros disponíveis, podendo o mesmo LD ser analisado por mais de um grupo. De posse do volume, os alunos deveriam escolher três temas ligados à saúde humana presentes no exemplar e para cada tema deveriam preencher um formulário com treze questões elaborado pelos pesquisadores. Tais questões versavam basicamente sobre que aspectos relacionados ao assunto estavam presentes no livro (os ligados à etiologia e descrição dos sinais e sintomas da doença; os culturais, sociais e ambientais; os relativos às atividades de prevenção; às ações de promoção da saúde; se constavam dados epidemiológicos e históricos acerca do assunto; e se havia menção sobre a idéia de saúde como direito e sobre o Sistema Único de Saúde). Os alunos deveriam informar, no preenchimento do questionário, se esses aspectos apareciam ou não para cada um dos três temas escolhidos.

Vale apontar que a tanto a escolha dos livros quanto dos temas ficou a critério dos alunos, sem que fosse fornecido qualquer critério ou induzido qualquer temática. Nesse sentido, essa escolha reflete muito mais o interesse de cada um dos grupos de alunos, do que qualquer outro critério. Assim, a ausência ou predominância de temas não caracteriza falhas ou lacunas nas coleções analisadas.

RESULTADOS

Caracterização da amostra

Foram analisados volumes de cinco coleções denominadas aqui de α , β , γ , δ e ϵ , que foram escolhidos pelos alunos e divididos entre os grupos da seguinte maneira: a coleção δ foi analisada por oito grupos, a coleção γ por sete grupos, a α e a ϵ por três e a β por apenas um dos grupos de alunos. (fig. 1)

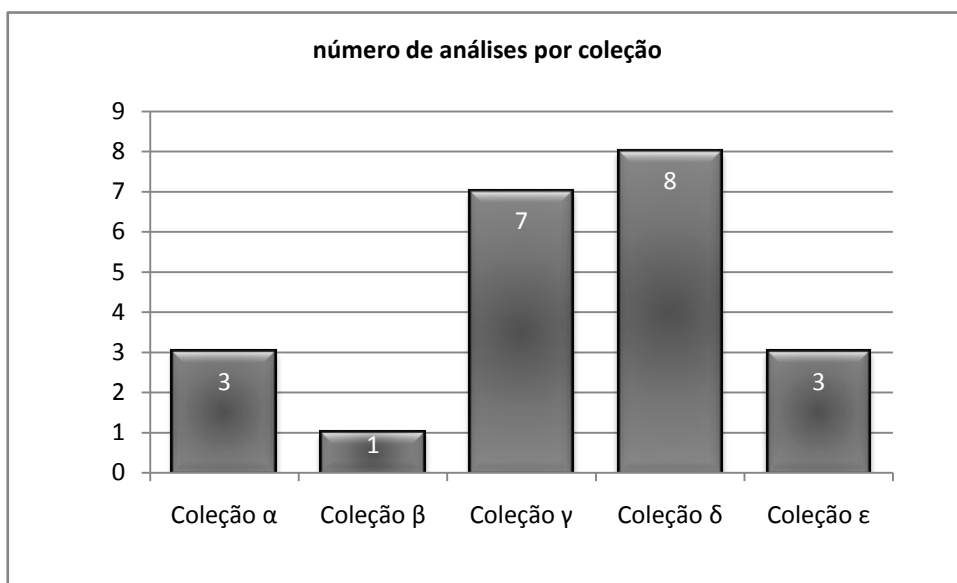


Figura 1: número de análises por volume de livro didático

Quanto às séries, 15 (68%) livros analisados foram de oitavo ano, três (14%) da para o sexto, dois (9%) do oitavo e dois (9%) do nono (fig. 2). Justifica-se essa concentração, na medida em que os conteúdos relativos ao corpo humano, seu funcionamento e doenças são historicamente distribuídos ao longo da antiga sétima série, o que pode ter influenciado a escolha destes por parte dos alunos.

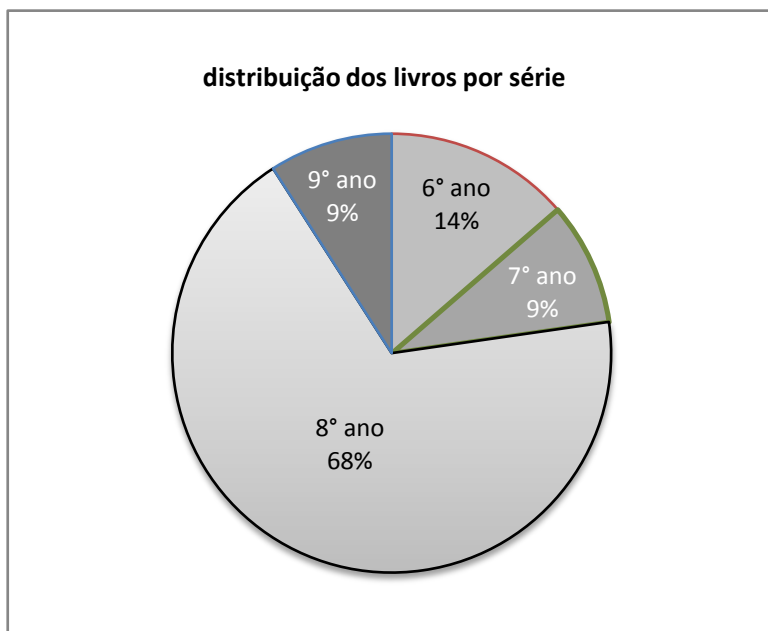


Figura 2: percentual das séries dos volumes analisados

No que tange aos temas arrolados pelos alunos, foram citados 68 temas diversos, que, depois de agrupados por semelhança, resultaram em 31 temáticas distintas (fig.3). Percebe-se claramente uma predominância do tema DST/AIDS em relação aos outros. Este foi citado por treze grupos de alunos (59%), que analisaram 11 livros de sétima série (8º ano), um de sexta (7º ano) e um de oitava série (9º ano).

Novamente, há que se considerar o critério de interesse dos alunos, mas esses dados apontam, inequivocamente, que o tema das DST/AIDS está bastante presente nos livros didáticos de ciências para as séries finais do Ensino Fundamental.

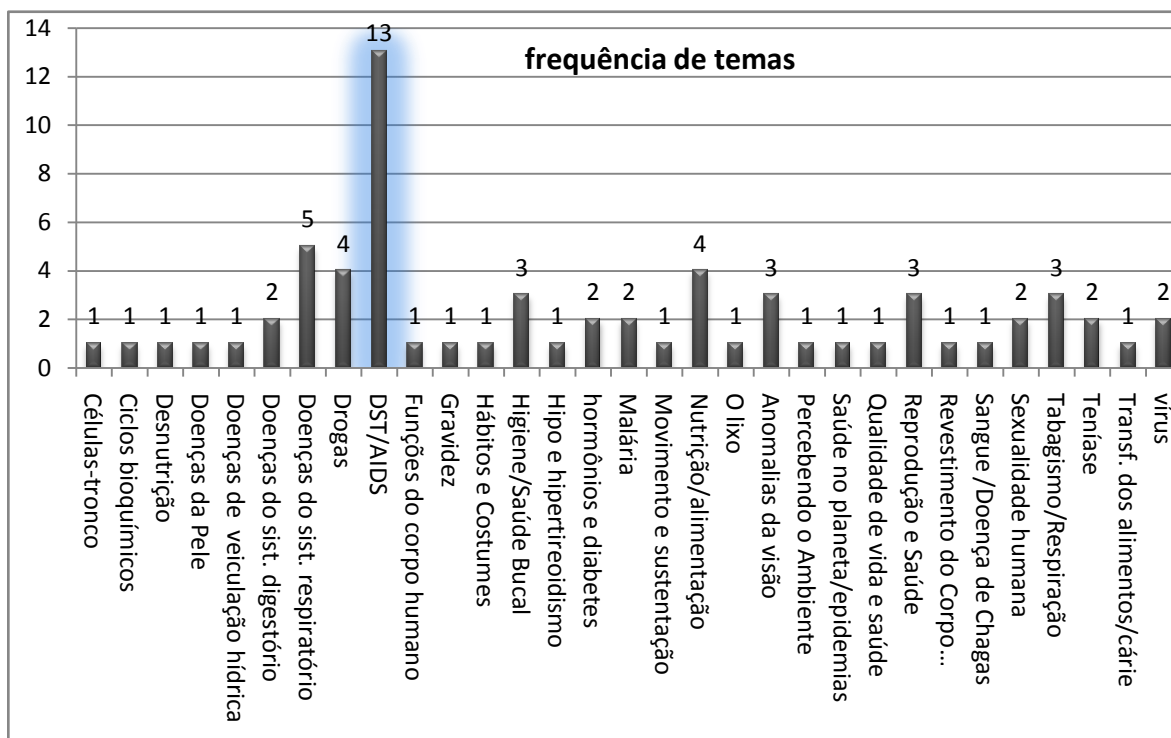


Figura 3: frequência dos temas arrolados pelos alunos após agrupamento por semelhança

As Doenças Sexualmente Transmissíveis e HIV/AIDS

Os dados apresentados a seguir são referentes a esse universo de 13 conjuntos de respostas acerca das DST/AIDS.

Das análises consideradas, pode-se dizer que foram encontrados quatro patamares em função da frequência das respostas afirmativas.

Primeiramente pode-se perceber que existe uma predominância de conteúdos que dizem respeito à descrição da doença, seus sinais e sintomas, com 11 respostas afirmativas. Nesse mesmo nível, com 10 respostas afirmativas, aparecem dados sobre a presença ou não de conteúdos e informações relativos a atitudes e práticas de prevenção.

Em outro patamar apareceram os conteúdos relativos à descrição das características ou ciclos dos agentes etiológicos (vírus, bactérias, fungos etc.) e aos aspectos culturais relacionados ao tema, ambos com oito respostas afirmativas.

Num terceiro nível aparecem as respostas que apontam a presença de aspectos ligados às atividades de promoção da saúde e sobre dados históricos da doença ou epidemia (seis respostas), seguidas dos referentes aos dados epidemiológicos (cinco) e sobre os aspectos sociais da doença (três).

Por fim, aparecem a respostas afirmativas sobre a presença de aspectos ambientais, com um resposta e a ausência completa da de qualquer tipo de menção da saúde como direito e relativa ao Sistema Único de Saúde, (fig. 4).

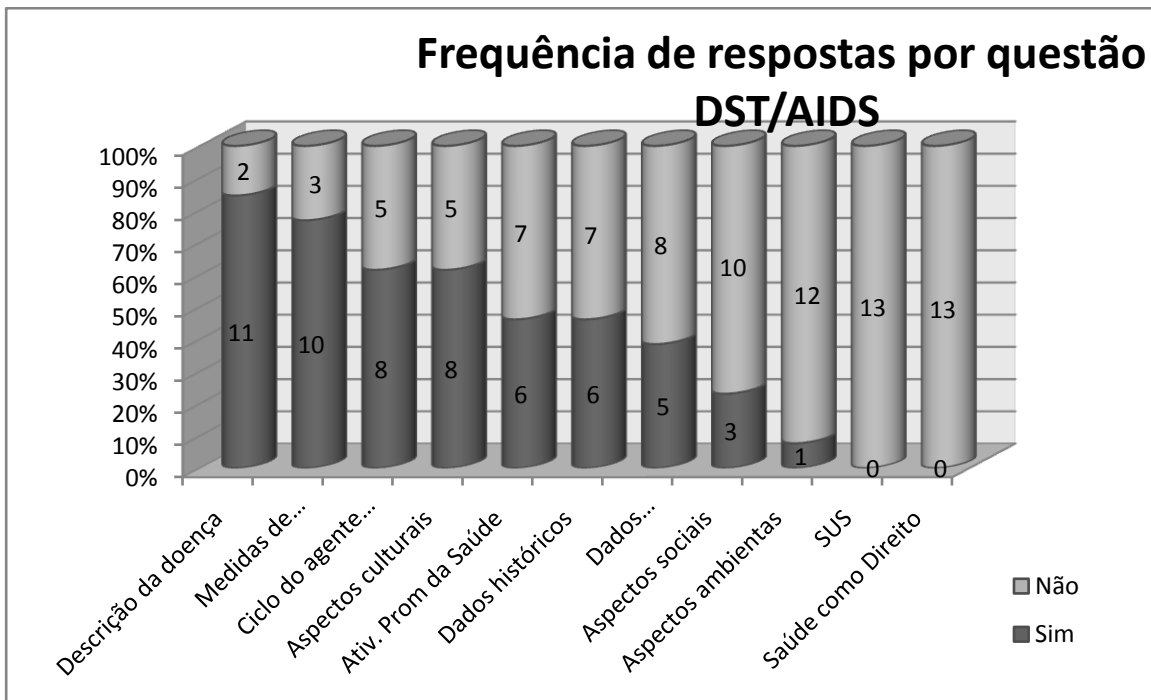


Figura 4: frequência de respostas às questões. Tema DST/AIDS

DISCUSSÃO

Os dados coletados no conjunto analisado de livros didáticos para as séries finais do Ensino Fundamental mostram que existe, especificamente no que diz respeito às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e à AIDS e, a predominância da de conteúdos acerca da descrição da doença e de explicações sobre o ciclo e “funcionamento” do agente causador (vírus, bactéria etc.). Essa tendência aponta para uma abordagem desses assuntos a partir da perspectiva do modelo da História Natural da Doença, que enfatiza os aspectos naturais como determinantes do processo saúde-doença, tratando o processo saúde-doença a partir da perspectiva biomédica contrariando, em certa medida, as orientações do MEC e o próprio avanço conceitual do campo da saúde coletiva e da educação em saúde.

As orientações sobre atividades e prática de prevenção, compreendidas como fundamentais para o enfrentamento da epidemia, aparecem em mais de 70% dos dados coletados. Esse fato pode ser explicado pela própria natureza das doenças analisadas e pelo histórico de enfrentamento da epidemia (especialmente do HIV) e pelo forte papel exercido pelas atividades de prevenção no enfrentamento desses agravos, assim como pelo grande espaço que existe na mídia para campanhas dessa ordem.

Mesmo não sendo objeto desse trabalho, há que se ressaltar, no entanto, que as atividades de prevenção, se desenvolvidas de maneira apenas prescritivas (ou doutrinária) e sem a preocupação com o desenvolvimento de aprendizagens favoráveis ao enfrentamento dos agravos é característica da perceptiva que entende o processo saúde-doença a partir da tríade epidemiológica, pois têm como objetivo dificultar o contato do agente etiológico com o hospedeiro.

Somado a isso, a baixa frequência dos dados relativos aos aspectos sociais e ambientais, assim como dos dados históricos e epidemiológicos acerca desses agravos,

apontam, novamente, para uma perspectiva que considera os aspectos acima citados tendo pouca influência (ou nenhuma) sobre a situação de saúde dos indivíduos e da população.

Outro fato que chama a atenção é a respeito dos, aqui denominado, “aspectos culturais” (usos, costumes, práticas, relações de gênero etc.) que foram citados em quase 60% das respostas. Os aspectos de ordem cultural são intrinsecamente relacionados ao tema, na medida em que o principal meio de prevenção, o uso de preservativos masculinos, sobre influência direta desses.

Esse fato, somado à alta frequência de orientação sobre prevenção, denota que, a despeito da abordagem predominante ser a partir do modelo biomédico, existe uma preocupação com o desenvolvimento de conteúdos relativos à prevenção relacionando-os com práticas que são diretamente influenciadas pela cultura de cada grupo ou população.

Por fim, é fundamental apontar a ausência da idéia de saúde como direito, idéia essa definida a partir da Constituição Federal há mais de 20 anos (e expressa nos PCN desde 1997), e da não menção do Sistema Único de Saúde como instrumento de uma política pública que visa propiciar o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde no Brasil.

Na medida em que a saúde não é entendida como um direito, não caberá à população o papel de pleitear por esse direito, e sim apenas entender que o seu estado de saúde e, principalmente, os serviços de saúde a ela oferecidos são objeto de situações aleatórias ou dependentes de favores. No tocante às DST e infecção pelo HIV/AIDS, essa ausência pode se configurar como mais preocupante, na medida em que para algumas das DST existem terapêuticas bastante simples e acessíveis de maneira gratuita na rede pública de saúde e, no caso da infecção pelo HIV, existem atualmente diversas garantias legais quanto ao seu tratamento e acesso aos medicamentos antiretrovirais, assim como uma série medidas de proteção social.

CONSIDERAÇÕES E IMPLICAÇÕES

O trabalho aqui apresentado não teve a pretensão de realizar uma análise aprofundada dos temas de saúde nos livros didáticos, mas sim apresentar uma proposta de análise realizada no contexto de um curso de licenciatura, e alguns pontos que chamaram a atenção no tratamento dos temas de saúde nos LD.

Dentro dessa perspectiva, vale apontar que a análise aqui apresentada mostrou que existe uma predominância do chamado “modelo biomédico” da saúde quando da abordagem dos temas relacionados às DST e HIV/AIDS nos LD para o ensino fundamental. Mostrou também que existe, simultaneamente, a preocupação com o desenvolvimento de conteúdos relativos às atitudes de prevenção e aos aspectos culturais relacionados à doença que pode configurar uma visão da determinação social da doença.

Para muitos alunos a escola é ainda a principal fonte de informações e é esperado que a esta seja capaz de propiciar condições para o desenvolvimento de aprendizagens importantes para a compreensão da realidade por parte dos alunos a fim de qualificar sua inserção sócia. Somado a isso é importante ressaltar o papel desempenhado pelo livro didático como importante fonte dessa informação tanto para os alunos como para os professores.

Desde os PCN em 1997, o Ministério da Educação aponta claramente uma opção por uma abordagem dos temas da saúde a partir de uma visão ampliada do processo saúde-doença, que entende que os aspectos historicamente construídos são fundamentais para a definição da situação de saúde tanto individual quanto coletiva. Além disso, todas as diretrizes expressas nos documentos nacionais e internacionais apontam as práticas de

educação em saúde voltadas à discussão dos aspectos sociais e culturais como fundamentais para o enfrentamento dessas epidemias.

Somado a isso, a não menção da saúde como direito e sobre as características e possibilidades de acesso aos serviços de saúde por meio do Sistema Único de Saúde, configuram-se como ausências importantes, pois são direitos assegurados na constituição e é papel da escola informar acerca desses direitos

Nesse sentido, quando os livros didáticos enfatizam os aspectos biomédicos (ou visão “biologicista”, segundo o MEC) na apresentação dessa temática, em detrimento de discussões de caráter mais amplo, podem, sendo um importante instrumento para professores e alunos dentro e fora de sala de aula, comprometer o entendimento do próprio processo saúde-doença, além de limitar as possibilidades de desenvolvimento de aprendizagens fundamentais a melhoria das condições de vida e saúde dos alunos e de suas famílias.

Agradecimentos: agradecemos ao Prof. Nelio Bizzo, nosso orientador por sua orientação e por permitir a realização da coleta dos dados nas aulas do curso de metodologia.

REFERÊNCIAS

AYRES, J.R.C.M.; FRANÇA JÚNIOR, I; CALAZANS, G.J. & SALETTI FILHO, H.C. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção de saúde. In: CAMPOS, G.W.S. et. al. (orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006. p. 375-417.

BARATA, R. B. Epidemiologia social. **Rev. bras. epidemiol.** , São Paulo, v. 8, n. 1, Mar. 2005. p.7-17.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 196. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Guia do livro didático 2007**: apresentação: séries/anos iniciais do ensino fundamental /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Vol. 9 / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

EPP, J. Lograr la salud para todos: un marco para la promoción de la salud. In: Organización Panamericana de la Salud (OPS). **Promoción de La Salud**: una antología. Washington, D.C.: OPAS, 1996 (Publicación Científica, 557). p 25-36.

FONSECA, Maria G. P.; SZWARCOWALD, C. L.; BASTOS, F.I. Análise sociodemográfica da epidemia de Aids no Brasil, 1989-1997. **Rev. Saúde Pública** , São Paulo, v. 36, n. 6, Dez. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000700004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 May 2009.

FREITAG, B.; COSTA, W. F. e MOTTA, R. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, L.B.M et al . Fatores associados ao uso de preservativo masculino e ao conhecimento sobre DST/AIDS em adolescentes de escolas públicas e privadas do Município de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, Fev. 2006. p. 315-23

MOHR, A. e SCHALL, V. T. Trends in health education in Brazil and relationships with environmental education. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 1992. p.199-203.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). **El control de las enfermedades transmissibles en el hombre**. 15ed. Washington: OPS, 1992 (Publicación científica, 538).

ROUQUAYROL, M.Z. e GOLDBAUM, M. Epidemiologia, História Natural e Prevenção de Doenças. In: ROUQUAYROL, M. Z. e ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia & Saúde**. 6ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003. p.15-30.

SCHALL, V. T.; STRUCHINER, M. Health education: new perspectives. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro. 1999. Disponível em http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000600001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 maio 2009. Pré-publicação.

UNAIDS. **Intensificando a Prevenção ao HIV**. 2005. Disponível em: http://www.aids.gov.br/data/documents/storedDocuments/%7BB8EF5DAF-23AE-4891-AD36-1903553A3174%7D/%7BDC305652-8750-442F-BD71-B1864CECAEFE%7D/intensificando_a_prevencao_hiv.pdf. Acesso: 10 de maio 2009